

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010757-82.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Indenização por Dano Moral**
 Impugnante: **IETECH Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos**
 Impugnado: **FABIEL HENRIQUE NASCIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

IETECH - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DE SÃO CARLOS LTDA, qualificado na inicial, impugnou a concessão da assistência judiciária gratuita requerida e concedida a FABIEL HENRIQUE NASCIMENTO, pleiteando a revogação do benefício, alegando que o beneficiado não pode ser considerado necessitado, haja vista que sua situação econômica lhe permite pagar as custas, na medida em que é funcionário público (Oficial de Defensoria Pública), além de ter contratado advogado particular.

O impugnado respondeu alegando ter direito a tal benefício, inclusive porque se enquadra na definição jurídica de pobreza. Aduziu ainda que paga pensão alimentícia a dois filhos, sua faculdade, plano de saúde, além de outras despesas com transporte, alimentação e vestuário.

É o relatório.

DECIDO.

Improcede o pedido de revogação do benefício.

Com efeito, o impugnante não fez qualquer prova no sentido de dar sustentação aos fatos nos quais firmou seu pleito. Assim, atento à distribuição do ônus probatório, de rigor afirmar-se que *probatio incubit qui dicet*, bem como que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. Vicente Greco Filho¹).

Os documentos carreados aos autos (holerite, declaração de imposto de renda, recibos, notas fiscais) comprovam a renda do impugnado e também suas despesas. Se não há situação de absoluta miserabilidade, há de se considerar que boa parte de seus ganhos estão comprometidos.

Em favor da autor/impugnado, há o fato de ter firmado a declaração de pobreza, documento que, de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 1.060/51, cria a presunção legal de “necessidade”, de modo que tem-se, de rigor, como impossibilitada de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Observa-se, ademais, que o fato do impugnado ter constituído advogado particular, não traduz, por si só, evidência que a parte desfruta de condições para suportar as custas do processo, até porque o patrocínio pode ser realizado mediante a simples remuneração com a verba sucumbencial.

¹ VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e MANTENHO ao impugnado FABIEL HENRIQUE NASCIMENTO os benefícios da assistência judiciária gratuita, ressaltando-se que se houver mudanças em sua condição econômica, de acordo com os termos legais, a presente decisão poderá ser revista. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

P.R.I.

São Carlos, 11 de janeiro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**